



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7485 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT04 - Didática

**DIDÁTICA E PROJETO EDUCACIONAL VIGIADOS: RECONVERSÃO COLONIAL NA ESCOLA CÍVICO-MILITAR - UMA AFRONTA AOS DIREITOS HUMANOS**

Aline Daiane Nunes Mascarenhas - UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana

Aida Maria Monteiro Silva - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

Agência e/ou Instituição Financiadora: Não

## 1 INTRODUÇÃO

No panorama atual, revelam-se urgentes posturas de insurgências contra o projeto educacional pautado em ideias conservadoras e de uma reconversão colonial na escola civil-militar da educação básica. No Brasil, esse projeto de colonização foi vivenciado nos períodos de ditaduras e, recentemente, vem sendo tutelado desde o golpe parlamentar, midiático e judiciário[1] (SAVIANI, 2020; FELICIANO; MITIDIERO JUNIOR, 2018), que afastou a presidente Dilma Rousseff, em 2016, e colocou à frente da presidência Michel Temer (2016-2018), que atendia aos interesses dos grandes grupos dominantes da elite brasileira. Esse projeto tem continuidade no atual governo, com Jair Bolsonaro na presidência (2019 - atual), e se fundamenta em ideias e propostas ultraconservadoras, ditatoriais de educação e de sociedade.

Assim, temos vivenciado, desde 2016, inúmeros retrocessos com a implantação de projetos e programas que vêm alterando a proposta educacional emancipatória e inclusiva, como: Escola Sem Partido – Projeto de Lei nº 246/2019, que visa orientar os sistemas de ensino nos diferentes níveis e esferas administrativas, com base na “neutralidade política, ideológica e religiosa” do Estado; Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, que Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum na Educação Básica; Educação Domiciliar – Projeto de Lei nº 2.401/2019, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para instituir o ensino domiciliar (*homeschooling*) no âmbito da educação básica; e o Programa das Escolas Cívico-Militares – PECIM (Decreto 10.004/2019), que se ancora no discurso de melhoria na qualidade da educação básica, ensino fundamental e médio em parceria com o Ministério da Educação - MEC e o apoio do Ministério da Defesa.

Essas proposições instituídas a partir de legislações oficiais aglutinam-se em torno de uma agenda conservadora, ditatorial no que diz respeito ao apreço pela padronização, disciplinarização, docilização de corpos[2], particularismo no campo das ideias, negação do papel social da escola, a educação como processo a-social, a-histórico e uma pedagogia do

medo.

O Programa das Escolas Cívico-Militares – PECIM foi instituído pelo Decreto nº 10.004/2019 e prevê ações com vistas à gestão de excelência nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa, baseadas nos padrões de ensino adotados por colégios militares do Comando do Exército, polícias militares e corpos de bombeiros militares. As Escolas Cívico-Militares compartilham decisões no âmbito da gestão, ensino, avaliação e trabalho pedagógico com ênfase nos resultados.

As discussões aqui tecidas têm caráter crítico para a construção de movimentos de enfrentamentos e re(existência) frente à colonização no processo do ensino e aprendizagem, na perspectiva de uma Pedagogia Decolonial, como arena de resistência para o fortalecimento da escola pública, gratuita, laica, intercultural, plural, democrática e emancipatória, livre de amarras de um processo de militarização. Nesse aspecto, o conceito de Pedagogia Decolonial se insere numa lógica de insurgência e re(existência), ancorando-se nos estudos da pesquisadora em Estudos Culturais da América Latina da Universidade Andina Simón Bolívar, sede no Equador, Catherine Walsh (2014), que a define como ações que promovem fissuras da ordem moderno/colonial, as quais tornam possível e dão sustento e força a um modo distinto, inteiramente outro, de estar *no* e *com* o mundo.

Subsidiado por essas questões, este estudo visa analisar a materialização ideológica e política do Projeto da Escola Cívico-Militar e suas implicações nos campos da Didática e do trabalho docente. No horizonte ordenado por essa problemática, indagamos: 1) É possível existir processos de interculturalidade no modelo de escola cívico-militar? 2) Pode a Pedagogia e a Didática se subordinarem aos princípios de uma educação vigiada e a-crítica? Como o Projeto da Escola Cívico-Militar é compreendido por seus atores?

Este ensaio teórico tem um caráter de pesquisa qualitativa e se consubstancia em estudos de documentos oficiais (Decreto 10.004/2019, no Manual de Escolas Cívico-Militares) e na escuta de 18 docentes da rede pública de ensino do estado da Bahia que lecionam em escolas cívico-militares. Apresenta a seguinte organização: introdução, metodologia, breve histórico das escolas cívico-militares, síntese da fundamentação teórica sobre a perspectiva salvacionista desse modelo e suas implicações no trabalho docente; resultados parciais e as considerações.

## 2 METODOLOGIA

A pesquisa se configura numa abordagem qualitativa e levanta questões sobre a problemática mencionada mais do que pensar em causas ou trazer respostas (LUDKE; MENGA, 1986). Está ancorada na análise documental, que utiliza dados provindos de fontes primárias, que ainda não receberam tratamento analítico, como leis, resoluções, pareceres e outros, além de questionário com questões fechadas e abertas. Participaram 18 professores da rede pública de ensino que lecionam em escolas cívico-militares na Bahia, cuja identidade será preservada, denominados pela sigla PF e um número correspondente. Os sujeitos foram contactados por e-mail, em razão da pandemia, concordaram em responder o questionário para contribuir com os dados. A partir da análise dos documentos e questionário (questões abertas e fechadas), elaboramos as seguintes categorias: a) ausência de interculturalidade na escola cívico-militar; b) precarização da autonomia do professor; c) didática vigiada e esvaziada do seu campo epistemológico.

### **3 BREVE HISTÓRICO DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES**

O processo de ampliação de militarização de escolas no Brasil tem sido prioridade na agenda educacional do atual governo e, no ano de 2019, o Governo Federal criou a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares. Após essa criação, foi instituído o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, (Decreto Federal 10.004/2019), estabelecendo os princípios da “gestão de excelência em processos educacionais, didático-pedagógicos e administrativos” e “fortalecimento de valores humanos e cívico”; e “a adoção de modelo de gestão escolar baseado nos colégios militares” (BRASIL, 2019).

Os princípios que fundamentam a proposta do programa de apoio às escolas cívico-militares no país deixam evidente a ênfase na disciplina, exaltação da gestão dos colégios militares e valorização do civismo, aspectos centrais na agenda dos grupos neoconservadores. Outro aspecto é o destaque da excelência “aos processos educacionais, didático-pedagógicos e administrativos”, explicitando a desvalorização da concepção de gestão democrática, separando os processos educacionais das questões pedagógicas e desautorizando o campo de conhecimentos da Pedagogia, em total discordância com as orientações da LDB/1966.

Os dados disponibilizados pelo MEC revelam que, no ano de 2020, foram selecionadas 54 escolas, assim distribuídas: 19 estão localizadas na Região Norte; 12 na Região Sul; 10 na região Centro-Oeste; 8 no Nordeste; e 5 no Sudeste. Piauí, Sergipe e Espírito Santo não tiveram escolas selecionada para o PECIM.

### **4 ESCOLA CÍVICO-MILITAR E O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DA DIDÁTICA E AUTONOMIA DO TRABALHO DO PROFESSOR: ALGUNS ACHADOS**

Não é fácil remover de nós o gosto das posturas autoritárias” (FREIRE, 2000, p. 124)

O cotidiano do aluno é profundamente alterado e o aprendizado é substituído pela repressão e por normas rígidas de comportamento. Ele é obrigado a vestir o uniforme militar completo de estudante. O corte de cabelo dos meninos segue o padrão militar e as meninas devem manter o seu preso. Esmalte escuro é proibido. (RICCI, 2018)

As epígrafes em tela constituem-se profícuas para analisarmos o processo de “docilização de corpos” presente no terreno da escola cívico-militar, que interfere na identidade dos sujeitos, controla e padroniza as relações sociais no espaço escolar, constituindo um modelo de educação que viola os princípios do pluralismo de ideias, desconsidera a interculturalidade entre os sujeitos coletivos, questiona as estruturas democráticas, sobretudo as escolas, a partir de um discurso de medo, vigilância, exceção e ameaça.

Silva (2018, p.188) tece importante reflexão em torno do contexto político que se instalou no Brasil, desde o golpe de 2016, e reflete sobre o papel da educação em uma perspectiva dos direitos humanos, como via de embargar esse projeto em curso:

[...] sustenta-se uma política antidemocrática e autoritária. É o retorno da educação bancária, cuja ênfase do processo pedagógico está na acumulação, repetição de conteúdos que possa atender a esse mercado. O papel da EDH é o oposto dessa lógica capitalista, devendo fazer do espaço educativo *lócus* de reflexão permanente, com base no diálogo, na problematização e na construção do conhecimento coletivo, de acordo com o que define a Constituição Brasileira de 1988.

Em linhas gerais, vivenciamos no Brasil, com o PECIM, o rompimento da educação na perspectiva dos direitos humanos, a violação da interculturalidade por um etnocentrismo curricular, uma verdadeira barbárie contra corpos e mentes de adolescentes e jovens, além de questões que se reverberam no trabalho do professor. Esse contexto nos instiga a desenvolver estudos científicos que se contraponham ao projeto em curso, tendo em vista que vai contra o que define a Constituição de 1988 e LDB de 1966.

As escolas públicas que aderem ao PECIM possuem um Manual das Escolas Cívico-Militares (2020), lançado pela Subsecretaria de Fomento às escolas cívico-militares, vinculada à Secretaria de Educação Básica, como um documento norteador e de caráter instrutivo relacionado à gestão escolar, às atribuições docentes, “disciplina e moralidade” a que deve estar submetido o professor, e o trabalho da coordenação pedagógica. Descreve como o estudante deve se comportar em relação ao uso de uniformes, cortes de cabelo, acessórios, exalta a execução de movimentos com ênfase na linguagem militar, como a “continência” e detalha comportamentos a serem acatados pelo aluno, desconsiderando a sua individualidade.

Essa compreensão de educação, escola e sujeito aprendente – aluno e professor – se fundamenta em uma lógica de padronização, na descaracterização do trabalho docente, reguladora de subjetividade e identidade, de corpos, com o discurso centrado na moralidade, apreciadora de uma educação aplicacionista e estéril. Nesse aspecto, ecoam as narrativas dos professores sujeitos da pesquisa:

*[...] os alunos repetentes são sempre interpelados, pois já são identificados a partir de estereótipos negativos pelos monitores.” (PF 09)*

*Em alguns momentos presenciei os tutores (como são chamados os profissionais militares) chamando atenção dos alunos para o não cumprimento de alguma regra (o corte de cabelo, a roupa, o brinco, o batom). (PF 14)*

*Os alunos sempre são cobrados em relação ao seu cabelo, brinco e postura na hora de cantar o hino nacional. (PF 02)*

*[...] a interferência nos cabelos dos alunos, corte, brincos e um discurso de moralidade. (PF 16)*

*Recorrente o preciosismo nas ações de saudações e continência [...] (PF 09)*

Na defesa de uma perspectiva de educação em direitos humanos e ancorada no pensamento de Freire (1987, 2000), evidenciamos que o modelo das escolas cívico-militares busca colonizar corpos, a partir de uma linguagem militar e um manual descritivo que elenca conteúdos procedimentais, estéticos, de saudação de corpos e afeto, imobilizando a subjetividade, identidade e socialização dos sujeitos. Uma educação a serviço da barbárie e do capital que rechaça a cidadania e a escola democrática, e enaltece o ranqueamento da meritocracia. O projeto de educação fere os princípios democráticos de uma educação alicerçada no pluralismo de ideias, com vistas à formação plena do sujeito e de respeito à sua identidade, ou seja, a educação democrática. A escola cívico-militar “criminaliza as infâncias populares” (ARROYO, 2019) e nega o processo de interculturalidade.

Portanto, nesse modelo de escola, caminhamos para uma educação calcada em princípios de vigilância, docilização de corpos e mentes, destinada principalmente às classes populares, a partir de uma “narrativa cínica” de ordem e sucesso escolar, camuflada num projeto de colonização dos corpos. Ademais, o modelo de gestão compartilhada das escolas cívico-militares retira dos docentes o protagonismo intelectual, gerando o controle do Estado (polícia militar) sobre a prática docente, subsidia e promete uma gestão compartilhada precária e sem os fundamentos da ciência pedagógica e da didática, transformando o trabalho docente em um treinamento de fazeres. Isso se reafirma nos relatos:

*A equipe disciplinar não tem didática para lidar com os discentes, nem teoricamente, nem na prática. (PF 02)*

*Assumem uma postura de formador, tentando nos dar toques sobre a Didática, mas não entendem nada, aliás, só processo de repetição de conteúdo. (PF 12)*

*Não sabem nada de pedagogia ou Didática, mas tentam de certa forma interferir no nosso trabalho. Certa vez, em uma aula de História que eu ministrava sobre a ditadura militar, observei ser recorrente a visita de um dos membros da equipe compartilhada na minha sala, utilizando outros argumentos para justificar sua presença. Senti o meu trabalho vigiado, sabe? (PF 07)*

Sem o fundamento epistemológico da Pedagogia (como e para quê ensinar?), a Didática torna-se um instrumento a favor da técnica acrítica, superficial, domesticadora e a-social (MASCARENHAS; FRANCO, 2020). A Didática, no processo de militarização, corre o risco de ser direcionada a um campo epistemológico frágil e prescritivo, ancorada na “prática educativa que é socialmente determinada por uma dinâmica social na luta de classes antagônicas e ideológicas” (LIBÂNEO, 1999, p.15), mediada sobre a égide de constante

vigilância e interferência.

Os professores, ao serem questionados sobre interferências na sala de aula, a partir do processo de gestão compartilhada, em sua maioria revelaram já terem vivenciado alguma forma de interferência. Dos 18 professores colaboradores da pesquisa, 55,6% afirmaram que já tiveram interferência no seu trabalho, 33,3% que não; e 11,1% que não a aceitam. Os dados evidenciam interferência significativa na autonomia do trabalho do professor. Assim, o projeto de um modelo de educação pública de escolas cívico-militares constitui a negação da gestão democrática das escolas, engessa os sujeitos em regras rígidas preestabelecidas, dociliza corpos, estabelece atitudes autoritárias e padronização nas relações de ensino e aprendizagem, em afronta à Constituição de 1988 e Lei de Diretrizes e Bases 9.394/1996. Negamos um projeto de educação que engessa professores, discentes e desenvolve vigilância sobre o trabalho docente.

## 5 CONSIDERAÇÕES

Este texto buscou explorar problematizações sobre a materialização ideológica e política do Projeto da Escola Cívico-Militar e suas implicações no campo da Didática e do trabalho docente. A análise dos dados aponta importantes achados:

- a. O modelo de compartilhamento de gestão prevê interferência não só no quesito administrativo, mas amplia seus tentáculos para a questão pedagógica e no trabalho do professor. Interfere na autonomia de gestão, conduz à desautorização do trabalho docente, institui uma Didática vigiada, acrítica e subsidiada pela “docilização de corpos aprendentes”, distante da curiosidade epistêmica, de processos de interculturalidade e pluralismo de ideias.
- b. A Educação Intercultural está ausente na proposta das escolas cívico-militares, se instalando uma padronização cultural e subserviente, que não considera a diferença como riqueza cultural. Entendemos que a educação intercultural promove processos sistemáticos de diálogo entre diversos sujeitos – individuais e coletivos –, saberes e práticas na perspectiva da afirmação da justiça social, econômica, cognitiva e cultural, bem como da construção de relações igualitárias entre grupos socioculturais e da democratização da sociedade, através de políticas que articulam direitos da igualdade e da diferença (CANDAU, 2016, p. 347).
- c. A análise dos documentos oficiais e dados coletados revelam que vivenciamos um tecnicismo na educação, forjado tanto na relação ensino-aprendizagem quanto na vigilância dos corpos. Voltamos ao contexto da ditadura educacional, embora em um estado democrático positivado no marco legal - a Constituição Brasileira.

Nessa compreensão e pelo direito de resistir, re(existir) e re(viver) uma escola, de fato democrática, laica, livre de amarras ideológicas e autoritárias que sucumbem a identidade da juventude, uma educação bancária e tecnicista que disciplina corpos.

**Palavras Chave:** Escola Cívico-Militar; Didática; Tecnicismo

## REFERÊNCIAS

ARROYO, M. Escolas Militarizadas criminalizam infâncias populares. **Carta Capital**, 12 de setembro de 2019. [Entrevista]. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/miguel-arroyo-escolas-militarizadas-criminalizam-infancias-populares/>. Acesso em: 23 jul. 2020.

BAUER, M.W.; GASKELL, G.; ALLUM, N.C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. In: \_\_\_\_\_. (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2008.

BRASIL. **Projeto de Lei de nº 2.401 de 2019**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2198615>. Acesso em: 10 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019**. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, 2019. Disponível em: <http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de 24 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 09 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil, 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 09 jul.2020.

\_\_\_\_\_. **Manual das Escolas Cívico-Militares**, 2020. Disponível em: <http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

FELICIANO, C.A.; MITIDIERO JUNIOR, M. A violência no campo brasileiro em tempos de golpe e a acumulação primitiva de capital. **Okara: Geografia em debate**, v.12, n. 2, p.220-246, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

FRIGOTTO, G. (org.). **Escola ‘sem’ partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2017.

LIBÂNEO, C.J. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 2.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MONTEIRO, A.M. Educação em direitos humanos. **Revista Interdisciplinar Direitos Humano**, Bauru, v.6, n.2, p.185-188, jul./dez. 2018.

SAVIANI, D. Políticas educacionais em tempos de golpe: retrocessos e formas de resistência. **Roteiro**, v. 45, p.1-18, jun.2020.

SKINNER, B. F. **Ciência e comportamento humano**. Tradução de J. C. Todorov e R. Azzi. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WALSH, C. Pedagogias decoloniales caminando y preguntando - Notas a Paulo Freire desde Abya Yala. **Revista Entramados – Educacion y Sociedad**, v.1, p.17-31, 2014.

RICCI, R. **A militarização das escolas públicas**. Le Monde Brasil Diplomatique, 2018. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/A-MILITARIZACAO-DAS-ESCOLAS-PUBLICAS>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

---

[1] Golpe orquestrado em 2016 contra a presidenta Dilma Rousseff a partir da aliança da mídia, judiciário e parlamento, impulsionado pelo poder do Capital (agentes das economias especulativa, agrária, industrial e comercial, da mídia e das religiões).

[2] É dócil um corpo que pode ser submetido, ser utilizado, ser transformado e aperfeiçoado (FOUCAULT, 2009)